



The Dictator's Handbook: Why Bad Behaviour is Almost Always Good Politics

Bruce Bueno de Mesquita & Alastair Smith

New York: Public Affairs, 2011. (352 páginas)

ISBN: 978-1-61039-044-6

Em seu livro *The Logic of Political Survival* (MIT Press, 2003), o cientista político Bruce Bueno de Mesquita expõe sua “teoria do seletorado” (*selectorate theory*), uma linha de pensamento formulada em conjunto com os pesquisadores Randolph Siverson e James Morrow. Oito anos depois, Bueno de Mesquita e o professor Alastair Smith aplicam a *selectorate theory* publicando um estudo comparativo de casos intitulado *The Dictator's Handbook: Why Bad Behaviour is Almost Always Good Politics*, assunto da presente resenha.

Bruce Bueno de Mesquita é consultor político, *senior fellow* do Hoover Institution da Stanford University, professor de Ciência Política e diretor do Alexander Hamilton Center for Political Economy da New York University. Alastair Smith é professor de Ciência Política na New York University. Com *The Dictator's Handbook* o objetivo declarado dos autores é explicar algumas questões fundamentais sobre política apresentando interpretações sobre o funcionamento do mundo de governantes e governados.

A teoria do seletorado tem por premissa que o objetivo de quem governa – sejam eles políticos ou CEOs, líderes públicos ou privados – é conquistar o poder e nele permanecer, empregando meios racionais para atingir sua meta. Nessa resenha, detenho-me nas implicações públicas dessa teoria, deixando ao leitor que explore a obra e tome contato com a aplicação da teoria do seletorado às grandes corporações. Para fins analíticos, faz sentido pensar não em termos de ideologia e cultura de um país ou de uma casta política – um dos pilares dos estudos de *civic culture* como conceito explicativo das

instituições e decisões públicas – mas em termos de ações e interesses de líderes específicos.

Mesquita e Smith apresentam um passo a passo do poder: pode ser obtido por meios democráticos, como as eleições, ou por meios violentos, como deposições e assassinatos. Para mantê-lo, o ideal é depender de poucas pessoas, razão pela qual os líderes autocráticos – os ditadores – se encontram em melhor posição do que os democratas, dependentes do voto popular. Também é importante a existência de um amplo grupo de pessoas esperando sua vez para substituir qualquer um do pequeno grupo de participantes do poder e que estes vencedores tenham consciência disso. Estar apoiado em uma pequena coalizão também favorece a taxação de impostos, especialmente quando a população carece dos direitos civis básicos de liberdade de expressão e de reunião. Impostos indiretos e legislação tributária complexa, aliadas a nenhuma ou quase nenhuma transparência no uso do dinheiro escancaram as portas para os governos cleptocráticos, ou seja, para que os participantes do poder tenham seu quinhão de recompensa e que o padrão de vida daqueles que se encontram fora da coalizão seja rebaixado, mantendo a estrutura de poder.

Isso não significa que a corrupção e a cleptocracia sejam exclusivas das ditaduras, mas que em governos democráticos sempre há a possibilidade de insurgência popular ou punição dos agentes pela justiça. A diferença primordial entre democracias e ditaduras reside no tamanho da coalizão: quando se tem mais pessoas a recompensar, as recompensas individuais em dinheiro tendem a ser menores. Assim, nas de-

mocracias, a sobrevivência dos líderes depende de quais bens públicos eles disponibilizam. A melhora da qualidade da educação, a inclusão de idosos e infantes no atendimento básico de saúde e a liberdade de expressão são alguns dos bens acessíveis a todos quando as coalizões são amplas, isto é, quando o poder de alguns depende de muitas pessoas.

A respeito do tamanho da coalizão, três grupos influenciam no sucesso ou fracasso do líder: primeiro, o seletorado nominal (*nominal selectorate*), isto é, os eleitores legalmente habilitados a escolher seus líderes. O poder destes é pequeno, sendo também chamados de “intercambiáveis” (*interchangeables*). O segundo grupo é o seletorado real (*real selectorate*), formado pelo mínimo necessário para efetivamente escolher o líder; seus membros são também chamados de influentes (*influentials*). Dentre eles, há uma parcela menor do seletorado real que constitui a coalizão vencedora (*winning coalition*).

Da coalizão vencedora depende a permanência do líder no poder. O tamanho dessa coalizão configura a natureza do regime: uma ampla coalizão corresponde a um regime democrático, enquanto uma coalizão menor indica um regime autocrático. Governos democráticos se caracterizam pela oferta universal de bens públicos, o que significa afirmar que as recompensas do líder à coalizão vencedora são feitas na forma de políticas públicas pensadas para agradar seus membros essenciais (*essentials*), enquanto nos regimes autocráticos os *essentials* são recompensados com bens privados. As linhas gerais da política externa de um dado país também são delineadas para agradar o eleitorado interno, razão pela qual democracias podem apoiar financeiramente regimes ditatoriais: ditadores tendem a atuar em prol de quem paga. Como exemplo, pode-se pensar nas disputas territoriais da Guerra Fria e em como norte-americanos recompensaram países não democráticos que não se aliaram à União Soviética, na forma de ajudas internacionais. Ajudas internacionais e perdões de dívida concedidos para nações governadas ditatorialmente são contraproducentes na medida em que esses recursos são retidos pela corrupção da coalizão,

utilizados para reprimir ainda mais a massa da população. Como benefício adicional, diminuem a dependência do líder autocrata das riquezas geradas pela taxaço do trabalho, o que por sua vez retira dos ombros do ditador a obrigação de prover educação e saúde básicas o suficiente para manter ativa uma população de trabalhadores. Empréstimos internacionais e demais auxílios devem estar condicionados à reformas efetivas nos países recebedores, para Mesquita e Smith.

Não por acaso, as ditaduras usualmente se caracterizam por minorias bem nutridas e majorias malcheirosas, tendo como principal regra a corrupção sem peias ou freios: o custo da benevolência para com as massas pode ser brutal para o líder porque o dinheiro dos cofres pertence exclusivamente à coalizão e dela não pode ser desviado. Sem o apoio dos *essentials*, o líder está condenado a fracassar. Destarte, controlar o dinheiro de forma discricionária, se for um líder autocrático, ou emprega-lo em políticas públicas alinhadas aos seus interesses em se tratando de uma democracia, é fundamental para a manutenção do poder. Por sua vez, os *essentials* nas autocracias estão sob a permanente ameaça do expurgo e da perda de privilégios que pode significar também a perda da própria vida.

Não se trata, portanto, de mera compra e venda de votos e apoios políticos, mas de acordos de sobrevivência entre os líderes e suas coalizões, em uma relação quase simbiótica. Um líder que não consiga prover o mínimo será substituído por outro e os *essentials* de lealdade questionável terão o mesmo destino. A “política de seleção de vencedores” ganha contornos quase darwinianos, nessas condições.

Assim, a teoria do seletorado vai além da caracterização tradicionalmente aceita na Ciência Política do que constitui uma democracia (império das leis, imprensa livre, eleições limpas, direito à oposição sem constrangimento), acrescentando a dimensão de tamanhos absoluto e relativo dos grupos de intercambiáveis, influentes e essenciais como indicativo do comportamento dos governos e de corporações.

Em *The Dictator's Handbook* os autores apontam como um líder autocrático pode chegar ao poder e mantê-lo, bem como o interesse de governantes democratas estrangeiros em manter tais lideranças no poder. Pagar continuamente pelo privilégio de ditar as regras é o primeiro mandamento. Um líder doente ou cujo tesouro esteja minguando é um líder condenado. Restringir os direitos civis de reunião, de associação e de expressão, garantidores das liberdades individuais, também é vital. Evitar a todo custo que as multidões desprovidas se reúnam e se coordenem em resistência é fundamental, assim como trancar a comunicação entre os sujeitos – algo que compromete as trocas voluntárias e o bem estar econômico. Autocracias que não restringem a comunicação entre os cidadãos porque dependem da capacidade de trabalho e geração de riquezas de seu povo, podem algum dia ter sua ditadura ameaçada. O melhor cenário para um ditador é possuir recursos naturais exploráveis por trabalhadores de outros países; sofrer desastres naturais que vitimem muitas pessoas de uma vez; receber ajuda externa em dinheiro e contar com a presença de organizações não governamentais para prover o mínimo de bens públicos que normalmente cabem ao estado fornecer. Um ditador que seja amigo de países democratas e das instituições multilaterais, sempre pode ser agraciado, direta ou indiretamente, com o dinheiro necessário para impor a vontade dos eleitores internacionais em seu próprio país.

Mas não apenas os ditadores: em se tratando de poder, o objetivo é manter-se na cadeira pelo tempo que for possível e isso vale também para os democratas. Bueno de Mesquita e Alastair Smith analisam a luz de sua teoria fenômenos diversos tais como as motivações que inspiram as taxações indiretas de bens e servi-

ços, os ganhos da autocracia em casos de desastres naturais, os efeitos indesejados da caridade e dos perdões de dívidas externas entre países, as causas conscientes das ajudas internacionais entre governos.

Um ganho importante da teoria do selecionado é a fuga do psicologismo narrativo que permeia as análises biográficas individuais dos líderes políticos ao estipular objetivos e parâmetros racionais norteadores das decisões políticas. Ou seja, seu ganho teórico é minimizar o peso das inclinações psicológicas dos governantes nos processos decisórios: prover água potável para todos pode ser um desperdício de recursos em uma autocracia sustentada por recursos naturais e não pelo trabalho de seus nacionais. Prover água potável para os essenciais e apenas para eles, por outro lado, não apenas recompensa-os, mas também demonstra os perigos de ser expurgado da coalizão vencedora. Essa decisão depende menos do caráter compassivo ou sociopata do decisor e mais do cálculo racional de alocação dos recursos disponíveis.

Deter-se na aplicação da teoria do selecionado no aspecto público e autocrático é uma opção compatível com o título da obra resenhada. Porém, durante a leitura é inevitável traçar paralelos com algumas circunstâncias brasileiras, tais como as propostas de racionalização da máquina pública que não são levadas a cabo; o intrincado sistema tributário cuja reforma é demandada até mesmo por frações de representantes sindicais; perdões de dívidas externas de nações francamente antidemocráticas e empréstimos secretos para países politicamente fechados; a ineficácia das leis de combate à corrupção e a corrupção da polícia. Essas questões e outras mais emergem durante a leitura da obra, da qual a melhor síntese está na página 58: “*no fim governar é o objetivo, não governar bem*”. ∞

Luciana Silveira

Socióloga e consultora em Políticas Públicas

Mestra em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)

luciana.silveira@ufrgs.br